



IDENTIDADES PLURAIS E ESPAÇO PÚBLICO

I Ann Mitchell

Aproximadamente quinze turistas observaram atentamente enquanto dois jovens se moviam em unísono ao som da música estridente de um aparelho de som portátil apoiado no chão, com faixas ousadas de grafite colorido como pano de fundo. Em seguida, um jovem caiu no chão girando de costas e o outro agarrou um microfone e começou a cantar um rap. Um chapéu para coletar gorjetas estava sobre o chão. Essa cena, que presenciei em plena Independencia, um bairro “popular” de Medellín, Colômbia, foi possibilitada pela criação de um espaço público.

As ruas do bairro, antes muito perigosas para turistas entrarem, foram transformadas por políticas de integração urbana, que se concentraram principalmente em melhorar a mobilidade e a conectividade. Ao tornar o bairro acessível e seguro para os turistas visitarem, uma porta foi aberta para uma interação social ampliada, por meio da qual forasteiros e residentes talvez pudessem começar a apreciar a identidade multifacetada do bairro e de seus habitantes e visitantes. Como será argumentado neste ensaio, os espaços públicos projetados para serem acessíveis a todas as pessoas (p. ex., idosos, PCDs e jovens) podem promover a interação social necessária para que as pessoas aprendam sobre as identidades multidimensionais umas das outras e, assim, promovem a inclusão social.

Identidade se refere ao senso de identidade de uma pessoa, quem acreditamos que somos. A psicologia considera a identidade uma construção cognitiva do eu. Ele contém conceitos centrais e duradouros (identidade pessoal) e conceitos periféricos que permitem ao indivíduo adaptar-se a diferentes situações sociais e adotar vários papéis e identidades de grupo (identidades sociais) (Korte, 2007).

Nossa identidade influencia as escolhas que fazemos e como interagimos com outras pessoas nas esferas social, econômica, política, cultural e espiritual de nossas vidas.

Ao mesmo tempo, nossa participação nessas diferentes esferas ajuda a moldar nossa própria identidade. “A identidade resulta da interação no mundo social e, por sua vez, orienta a interação no mundo social” (Simon, 2004, 2).

Este ensaio reflete sobre o conceito de identidade e o modo como a identidade se relaciona com os espaços públicos. Ele argumenta que as maneiras como nossas identidades são definidas por nós mesmos e por nossas comunidades têm uma importante influência na maneira como nos comportamos, interagimos com os outros e nos relacionamos com os espaços públicos. Ao mesmo tempo, os espaços públicos influenciam as formas de interação entre indivíduos e grupos, alterando a formação da identidade, tanto em nível individual, como social. Compreender melhor a relação entre identidade e espaço público pode contribuir para a concepção de políticas e intervenções urbanas mais eficazes que considerem grupos desfavorecidos, como idosos, PCDs e crianças, e, portanto, promovam o desenvolvimento humano e a inclusão social nas cidades.

O capítulo começa delineando o conceito de identidade social, conforme sua definição na psicologia e na sociologia. Em seguida, ele explora quais percepções adicionais podem ser obtidas na coleção de ensaios do economista e filósofo ganhador do Prêmio Nobel Amartya Sen, *Identidade e Violência*. Argumentarei que este livro pode fornecer percepções relevantes para o entendimento da divisão com base na identidade e da exclusão social no contexto urbano. Por fim, ele faz uma reflexão sobre como o reconhecimento da pluralidade de nossas afiliações pode contribuir para fomentar a inclusão social no fragmentado mundo urbano de hoje.

→ IDENTIDADE SOCIAL

Em psicologia, a identidade social é definida como “a parte do autoconceito de um indivíduo que deriva de seu conhecimento de sua participação em um grupo social (ou grupos), juntamente com o valor ou o significado emocional associados a essa participação” (Tajfel, 1978, 63).

As pessoas pertencem a diversas categorias de membros. Cada uma é representada na mente de uma pessoa como uma identidade social, que tanto descreve como determina seus atributos como membro do grupo (Simon, 2004).

O processo de formação da identidade social, em geral, envolve processos de categorização e auto-valorização (Hogg, Terry e White, 1995). A categorização se refere à simplificação e à ordenação da realidade social, classificando as pessoas em grupos de uma forma subjetivamente significativa. A necessidade de maximizar nosso próprio senso de auto-estima nos leva a avaliar e fazer comparações entre o grupo interno (o grupo com o qual nos identificamos) e o grupo externo, de uma forma que favoreça o grupo interno. Quando um membro de um grupo específico se torna o grupo mais relevante e abrangente, a auto-percepção e o comportamento assumem atributos estereotipados do grupo, as percepções sobre aqueles de

fora do grupo tornam-se estereótipos do grupo externo e as relações intergrupais tornam-se competitivas e discriminatórias (Hogg, Terry e White, 1995).

Os grupos sociais tendem a compartilhar as três características empíricas a seguir (Turner, 1984). Em primeiro lugar, os grupos sociais são um conjunto de pessoas definidas como um grupo, por si mesmas e pelas outras (os critérios de identidade). Em segundo lugar, os membros dependem uns dos outros para a satisfação de necessidades, alcance de objetivos comuns e validação de normas e crenças (os critérios de interdependência). Em terceiro, a interação social entre os membros é organizada e regulada pela estrutura de status e normas compartilhadas (os critérios da estrutura social). Turner (1984) argumenta que, embora todos esses três critérios contribuam para a formação de pequenos grupos, a identidade compartilhada, por si só, é o que aglutina a afiliação em grandes grupos (sexo, raça, religião, ocupação etc.). Neste último tipo de grupo, o ímpeto para a formação do grupo deriva, muitas vezes, do fato de que o grupo é reconhecido e tratado de maneira homogênea por outras pessoas.

O comportamento em grupos também dependerá da estrutura de crenças em relação à possibilidade de mobilidade social e mudança estrutural (Hogg, Terry e White, 1995). Quando os membros do grupo acreditam que o status inferior de seu grupo é legítimo e o movimento para o grupo dominante²³ é possível, a solidariedade do grupo interno e a competição entre os grupos serão baixas. Nessa situação, os membros individuais do grupo podem tentar entrar no grupo dominante. Em contraste, os membros do grupo que acreditam que o status inferior de seu grupo é ilegítimo, o movimento entre os grupos não é possível e a mudança social é viável, serão exibidos na solidariedade do grupo e na competição intergrupala.

A teoria da identidade social pode ser responsável por uma variedade de tipos de comportamento de grupo, como conformidade, estereótipos, discriminação e preconceito, bem como altruísmo e cooperação.

23. Um grupo dominante refere-se ao grupo social que é percebido como tendo relativamente mais prestígio social, status econômico, poder político ou outras características conectadas à associação de grupo categórico (Turner, 1984). Akerlof e Kranton (2000) explicam que, em geral, “grupos dominantes se definem perante ‘outro(s)’, e membros dos grupos dominantes (excluídos) se beneficiam (perdem) — material e psicologicamente — da diferenciação”.

A acentuação da homogeneidade do grupo interno e externo é um aspecto adicional das relações intergrupais. A análise de Lorenzi-Cioldi e Doise (1990) das evidências indica que a exposição mais frequente a outros membros do grupo interno favorece a diferenciação dentro do grupo e uma personalização da representação, enquanto a frequência de exposição tem menos efeito na homogeneidade do grupo externo. Por exemplo, os membros de um grupo de auto-ajuda para PCDs tenderiam a reconhecer a variação nas características individuais dos membros do grupo, mas percebem que os não-membros são “todos iguais”. A evidência também sugere que as diferenças no grau de homogeneidade do grupo interno, em contraste com o grupo externo dependem não apenas da frequência, mas também da qualidade e do contexto dos encontros dentro e entre os grupos. A alta variação nos contextos de interação entre os membros de um grupo interno promove a personalização.

Quando os grupos estão envolvidos em relações competitivas (p. ex., competição entre grupos afiliados a partidos políticos opostos), os membros do grupo externo são percebidos como mais homogêneos e adotam atributos estereotipados.

A literatura da psicologia também considerou a relação entre espaço e identidade. Nação, cidade, bairro e outras áreas geograficamente delimitadas podem ser categorias de identidade de grupo. O termo “identidade urbana” tem sido utilizado para se referir à imagem social ou ao significado simbólico (derivado de características espaciais, composição social ou características culturais), que tornam uma cidade única e diferenciam seus residentes de membros de outros grupos espacialmente definidos (Lalli, 1992). A literatura também se refere a um processo mais individualizado de formação de identidade associado ao espaço urbano. Porshansky (1978, citado em Di Masso 2012, 167) cunhou o termo “identidade do lugar urbano” para se referir a “um padrão de crenças, sentimentos e expectativas em relação aos espaços e lugares públicos e, ainda mais importante, uma dimensão de competência relevante para quão adequadamente o indivíduo utiliza esses ambientes físicos, bem como as estratégias apropriadas para navegar com sucesso através dos ambientes”. Também foi demonstrado que as identidades sociais formam a base sobre a qual os espaços são transformados em lugares significativos. Como resultado, o mesmo espaço físico pode assumir diferentes significados para diferentes grupos sociais (Hopkins & Dixon, 2006) e, mais importante, para grupos com diferentes habilidades físicas.

A sociologia vê o eu como composto de identidades múltiplas socialmente construídas, formadas pelos diversos papéis que ocupamos na sociedade (Hogg, Terry e White 1995).²⁴ Essas identidades-papéis fornecem significado para o eu, definem tipos de papéis, estabelecem diferenças com respeito a categorias alternativas e influenciam o comportamento. As pessoas tendem a classificar suas identidades de papel por nível de importância; seu comportamento será determinado pelo que eles consideram ser o comportamento apropriado do papel que está classificado em uma posição mais alta em sua hierarquia de relevância de identidade. Um papel de identidade terá maior relevância se um indivíduo perceber que muitas relações sociais importantes dependem da ocupação desse papel. O uso de comportamento considerado adequado para o grupo confirma a adesão de uma pessoa ao grupo e aumenta a auto-estima. Embora a teoria da identidade da sociologia enfatize como os papéis são definidos por papéis complementares ou contrários (por exemplo, pai e mãe, com e sem deficiência), ela não explica explicitamente o comportamento intergrupar. Em vez disso, ela se concentra mais em como a interação social entre os indivíduos influencia a identidade.

→ IDENTIDADE E VIOLÊNCIA, DE SEN

Em Identidade e Violência, Sen (2007) considera as implicações éticas de como as identidades são formadas e apresenta argumentos normativos a favor de uma mudança na atenção, das identidades singulares para as multidimensionais.

Ele traz para a análise de conceitos-chave de identidade que permeiam o resto de sua obra, como liberdade, escolha, valor e raciocínio público.

Sen analisa o conceito de identidade pelas lentes de sua abordagem de capacidade. O argumento central desta abordagem é que, ao avaliar o nível de bem-estar ou pobreza, a métrica não deve ser a renda ou os recursos, mas as “capacidades”, ou as liberdades reais que as pessoas têm de ser e fazer aquilo que valorizam (Sen, 1992). Exemplos de capacidades incluem ser abrigado em uma residência adequada, trabalhar em um ambiente seguro ou ter a liberdade de andar na rua sem medo ou acessar uma calçada pública sem dificuldade. De acordo com essa abordagem, as informações sobre renda não são suficientes para compreender o bem-estar ou a pobreza, uma vez que os recursos de que cada pessoa necessita

24. Hogg, Terry e White (1995) fornecem uma análise comparativa das teorias da identidade em sociologia e psicologia.

para alcançar suas liberdades reais variam de acordo com suas características individuais, sociais e ambientais. Por exemplo, os recursos necessários para garantir a mobilidade são maiores para uma pessoa com deficiência motora do que para alguém sem deficiência. Caso a pessoa more no final de uma passagem estreita em um assentamento informal, ainda mais recursos serão necessários para garantir a mobilidade dentro da cidade. A abordagem da capacidade também dá importância central à idéia de que as pessoas precisam atuar como agentes de suas próprias vidas e decidir, por si mesmas, quais objetivos elas valorizam mais (Sen, 1985).

O livro de Sen começa observando que a identidade pode ser uma força motivadora por trás de demonstrações louváveis de bondade e atos brutais de violência no mundo. A identidade pode ser uma fonte de orgulho, alegria, força e confiança. Amizades entre vizinhos e atos de solidariedade dentro das comunidades são resultados positivos da filiação ao grupo e de identidades comuns. O capital social é um recurso produzido por meio da interação social e da criação de laços de confiança entre as pessoas. A produtividade econômica depende da capacidade das pessoas de trabalharem juntas e identificarem-se com outros trabalhadores de uma empresa. Os grupos oprimidos e excluídos podem obter reconhecimento na sociedade ao forjarem uma identidade comum. No entanto, a coesão social e a solidariedade dentro dos grupos também podem cultivar divisão, exclusão social, conflito e violência. A identidade de grupo é uma arma poderosa utilizada pelos líderes para manipular e angariar apoio e a força por trás de muitas atrocidades no mundo. Sen diz que “a imposição de uma identidade supostamente única é muitas vezes um componente crucial da ‘arte marcial’ de fomentar o confronto sectário” (Sen, 2007, xiii).

A identidade, lembra-nos Sen, é multidimensional. Cada pessoa é única e é composta por uma combinação única de elementos, como sexo, idade, cidadania, religião, filiação política, profissão, classe social, orientação sexual, local de residência e origem geográfica, entre muitos outros.

Sen afirma que “a mesma pessoa pode ser, sem qualquer contradição, um cidadão estadunidense, de origem caribenha, com ascendência africana, um cristão, um esquerdista, uma mulher, um vegetariano, um corredor de longa distância, um historiador, um professor, um romancista, uma feminista...” (Sen, 2007, xii). Como a identidade de cada pessoa é formada pela participação em várias coletividades, nenhuma delas pode ser considerada a única categoria de associação de uma pessoa. Todos eles juntos formam a identidade de uma pessoa.

O cultivo de identidades singulares definidas por apenas uma característica saliente, argumenta Sen, incita conflito e violência. Seu livro enfoca principalmente a violência que surgiu de identidades religiosas, como os motins hindu-muçulmanos na Índia, o conflito israelense-palestino e o confronto entre o Islã e o Ocidente. No entanto, suas idéias também podem fornecer lições relevantes para a compreensão das divisões baseadas na identidade no contexto urbano. A bifurcação da identidade social em “nós” e “eles” é evidente tanto na violência produzida pelas guerras de gangues de jovens, quanto na opressão e exclusão vivenciadas por pessoas com deficiência ou idosos.

Sen enfatiza a importância do papel do raciocínio e da escolha na determinação de nossas lealdades e prioridades em relação a diferentes grupos.

Embora cada pessoa deva escolher entre um conjunto viável de identidades possíveis, determinadas por características e circunstâncias individuais, ainda podemos decidir quanta importância dar a um aspecto de nossa identidade, em relação a várias outras categorias. Embora eu não possa ser pai ou operário da construção civil, posso escolher a importância que dou à minha identidade de mãe, de imigrante ou de professora universitária.

Sen questiona a idéia “comunitária” de que as pessoas não podem escapar da identidade definida por sua formação social e cultural.

O argumento é que a origem social de uma pessoa determina seus padrões de raciocínio e de crenças e, como o conhecimento não foi adquirido por modos alternativos de comportamento, a pessoa inevitavelmente “descobrirá” sua comunidade como sua afiliação predominante. Sen afirma que, embora a comunidade e a cultura provavelmente afetem as crenças e o comportamento, vários outros fatores influenciam os processos de raciocínio e entrarão em jogo ao escolher (dentro das restrições) a categoria preeminente com a qual a pessoa se identifica. Além disso, a visão comunitária subestima a capacidade individual de raciocínio e não reconhece suficientemente a variação nas categorias de identidade dentro de comunidades, culturas e outras identidades sociais.

Um problema ocorre, entretanto, quando identidades singulares são impostas por outras pessoas ou são consideradas inevitáveis.

Esses tipos de restrições impostas pela sociedade podem levar a estigma, discriminação, aspiração reduzida e violência. Por exemplo, um homem com

deficiência motora ou visual pode ser estereotipado como incapaz de cuidar de si mesmo ou como improdutivo. Os estereótipos comuns associados aos idosos incluem a capacidade cognitiva diminuída ou a incapacidade de aprender novas habilidades no mercado de trabalho. Da mesma forma, há evidências de que moradores de assentamentos informais enfrentam discriminação apenas com base no local de residência, dificultando a ruptura com uma identidade singular imposta pela sociedade.²⁵

O ambiente espacial é outro fator que restringe a formação da identidade.

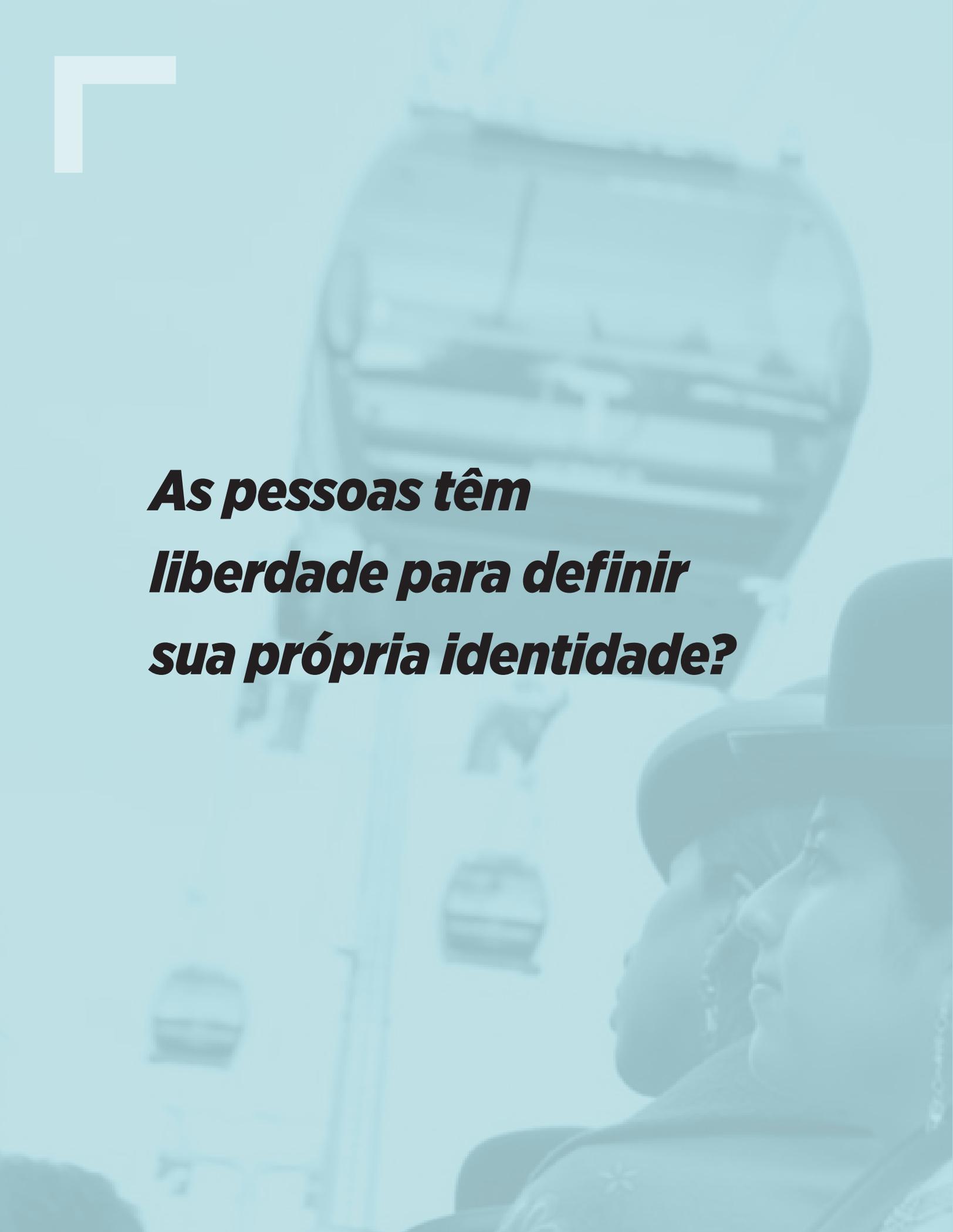
Pineda (2008) argumenta, por exemplo, que a deficiência não é uma propriedade individual, mas uma função da interação entre uma pessoa com deficiência física e seu ambiente.²⁶

Dentro do modelo espacial da deficiência de Pineda, o processo de construção da identidade de uma pessoa com deficiência é influenciado pelo grau em que os ambientes social, político e físico são capacitadores ou incapacitantes.

Sen (2007) argumenta que o remédio para a violência no mundo com base na identidade não é a supressão da identidade (digamos, minimizando a identidade de alguém como homossexual, muçulmano ou pessoa com deficiência), mas o reconhecimento de que a identidade é multidimensional. Ele escreve que “a principal esperança de harmonia em nosso mundo conturbado está na pluralidade de nossas identidades, que se cruzam e trabalham contra divisões agudas em torno de uma única linha endurecida de divisão veemente que, supostamente, não pode ser resistida” (16).

25. Preconceito e discriminação foram temas comuns nos depoimentos de jovens entrevistados para um estudo sobre o abandono do ensino médio em assentamentos informais de Buenos Aires (Mitchell, Del Monte & Deneulin, 2018). Silva (2008) analisa o papel da mídia na construção do estigma social contra os moradores dos assentamentos informais de Buenos Aires, conhecidos localmente como “villeros”.

26. Da mesma forma, Mitra (2006), utilizando a estrutura conceitual da abordagem de capacidade, define deficiência como “uma privação em termos de capacidades ou de funcionamento, que resulta da interação de (a) características pessoais (p. ex., idade, deficiência), (b) cesta de bens disponíveis (ativos, renda) e (c) ambiente (social, econômico, político, cultural) de um indivíduo”. A deficiência pode resultar de fatores sociais (como estigma ou discriminação relacionada a uma deficiência) ou do ambiente físico (quando restringe a mobilidade), como também será determinada pelo acesso individual aos recursos.



***As pessoas têm
liberdade para definir
sua própria identidade?***

***As pessoas podem
escolher onde morar,
que estilo de vida adotar
ou como expressar sua
própria cultura?***



Um método para avaliar o grau de reconhecimento da pluralidade de identidades e o grau de inclusão social na sociedade consiste na aplicação do quadro avaliativo proposto pela abordagem da capacidade. Isso nos levaria a avaliar a extensão da liberdade que as pessoas têm para promover ou alcançar as diferentes coisas que valorizam. As pessoas têm liberdade para definir sua própria identidade? As pessoas podem escolher onde morar, que estilo de vida adotar ou como expressar sua própria cultura?

As pessoas, independentemente da identidade, têm igual acesso aos serviços e espaços públicos e aos benefícios econômicos, sociais e culturais de viver nas cidades?²⁷

Em suma, o livro de Sen faz um julgamento normativo abrangente sobre o processo de formação da identidade no mundo de hoje. Ele argumenta que a singularização da identidade é uma causa de conflito e violência e, portanto, “a esperança de harmonia no mundo contemporâneo reside, em grande medida, em uma compreensão mais clara das pluralidades da identidade humana” (Sen, 2007, xiv).

27. Pineda (2008) propõe um critério normativo alternativo para avaliar a justiça espacial com base na teoria da justiça de Rawls, “em que a distribuição do espaço é apenas justa, se for para a vantagem dos participantes menos abastados” (115-16).



Que idéias podemos extrair do livro de Sen para os processos de desenvolvimento de espaços públicos inclusivos nas cidades? Minha leitura da literatura sobre identidade social e do perspicaz livro de Sen sugere algumas conexões possíveis entre identidade e espaço público.

Em primeiro lugar, os espaços públicos podem fornecer oportunidades para que as pessoas aprendam sobre as diversas facetas de cada uma de nossas identidades multidimensionais, criando ocasiões para interação face a face entre as pessoas. Em segundo lugar, a capacidade de ver além dos estereótipos do grupo e personalizar os membros de outros grupos depende não apenas da frequência da interação, mas também da qualidade e variedade dos compromissos e da extensão da competição e da discórdia entre os grupos. Em terceiro lugar, os espaços públicos podem desempenhar um papel central no ensino sobre a diversidade, a miríade de diferentes aspectos físicos, culturais, sociais e espirituais que tornam cada pessoa única.

A educação sobre a diversidade pode ajudar a reduzir os estereótipos e a discriminação, permitir que as pessoas façam escolhas informadas sobre quais aspectos de suas identidades escolhem, para dar maior destaque, e promover os processos de debate informado de raciocínio público.

→ **IDENTIDADE E ESPAÇO PÚBLICO NAS CIDADES**

Ruas, parques, praças e outros espaços públicos são, por definição, locais abertos a todas as pessoas.

Os espaços públicos podem lembrar uma história comum, conferir beleza estética, satisfazer um propósito funcional ou servir como pano de fundo para cerimônias públicas ou para a vida cotidiana. Mais importante ainda, os espaços públicos socialmente construídos. O filósofo francês Lefebvre (1991) disse que o espaço social “aparece como o resultado intangível da história, da sociedade e da cultura, todas as quais estão supostamente combinadas dentro dele” (92).

A forma como as pessoas se apropriam dos espaços públicos e interagem com eles está intimamente relacionada ao processo de formação da identidade.

Os espaços públicos podem servir para fortalecer e afirmar a adesão ao grupo. Monumentos e praças centrais como o Zócalo da Cidade do México são projetados para evocar o orgulho nacional e forjar uma identidade coletiva. Os povos

indígenas utilizam as áreas públicas para celebrar e comunicar sua herança cultural. Ao mesmo tempo, grupos de supremacia branca exibem propaganda em espaços públicos, a fim de professar a hierarquia racial e fomentar a divisão. As expressões públicas da identidade do grupo podem ser positivas e afirmativas e negativas e excludentes.

Os espaços públicos tradicionalmente têm sido utilizados como locais para deliberação e debate públicos.

Embora a expansão da tecnologia de informação e da comunicação digital tenha criado novas formas digitais de interação na esfera pública (Castells, 2004), os espaços físicos continuam a ter um papel central na interação interpessoal e de grupo. Diversos tipos de grupos sociais utilizam os espaços públicos para aumentar a consciência pública e reivindicar seus direitos. Milhares de pais participaram de “passeatas de carrinhos” nas ruas de Tel Aviv para exigir maior intervenção governamental na prestação de serviços de creches. Em Cochabamba, Bolívia, PCDs se suspenderam em cadeiras de rodas em uma ponte sobre uma grande rodovia e percorreram centenas de quilômetros, a fim de aumentar a conscientização pública de sua causa e exigir pensões públicas. Os grupos socialmente excluídos costumam afirmar que a ocupação do espaço público é o único meio de obrigar as pessoas a tomar conhecimento de suas necessidades e demandas coletivas.

Enquanto Sen (2007) aponta como a interação entre pessoas e grupos na esfera pública contribui para o fortalecimento da democracia, a participação será verdadeiramente plural apenas na medida em que houver igualdade de acesso aos locais de reunião.

O grau em que os espaços públicos promovem a interação entre os indivíduos e ajudam a contribuir para o reconhecimento de identidades multidimensionais de PCDs é um critério que pode ser utilizado para avaliar a qualidade dos espaços públicos. Os espaços públicos são seguros, bem conservados e acessíveis para todos? A configuração de praças, parques e áreas verdes dentro da cidade promove a mistura de pessoas de múltiplas coletividades? As redes de transporte permitem o acesso a espaços públicos para todos, independentemente de idade, funcionalidade, nível sócio-econômico, grupo étnico etc.? Os espaços públicos contribuem para fomentar uma identidade coletiva nacional ou urbana?

A fragmentação social e espacial das cidades latino-americanas reduz as oportunidades de mistura social entre grupos e contribui para a singularização das identidades.

Condomínios e complexos de apartamentos urbanos fechados projetados para proteger os residentes da insegurança transformam os espaços públicos, como ruas, parques infantis e áreas verdes em espaços privados disponíveis apenas para os residentes. Da mesma forma, bairros violentos no centro da cidade e assentamentos informais tornam-se inacessíveis para não residentes. Em ambas as extremidades do espectro sócio-econômico, a segregação residencial impede o tipo de interação social necessária para que as pessoas reconheçam a pluralidade das identidades umas das outras, contribuindo assim para estereótipos, estigma e discriminação.

Algumas experiências de integração urbana — como o caso do bairro Independencia, em Medellín, Colômbia — mostram como melhorias na mobilidade, segurança e disponibilidade de espaços públicos podem efetivamente promover a integração social.

As políticas de integração urbana em Medellín incluíram a instalação de linhas de teleférico para conectar o bairro vulnerável da encosta ao resto da cidade, além de investimentos em habitação social, espaços públicos, escolas e bibliotecas. As intervenções foram pensadas para promover a acessibilidade universal e o respeito pela diversidade dos usuários. A vibrante arte de graffiti de rua do bairro tornou-se uma atração para visitantes externos. As evidências mostram que essas políticas, juntamente com os processos de orçamento participativo, que envolveram os moradores locais na tomada de decisões coletivas sobre o uso dos investimentos públicos, têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e o senso de auto-estima dos moradores locais (Dávila, 2013).

Nas últimas décadas, houve uma mudança na atenção do investimento nos aspectos técnicos e funcionais das redes de transporte para a melhoria dos aspectos humanos e sociais da mobilidade. Essa mudança se beneficiou da expansão do trabalho interdisciplinar que considera os aspectos de mobilidade sociais, políticos, relacionados ao tempo e ambientais (Cresswell, 2010). Se, como alguns argumentam (Urry, 2000, citado em Cresswell, 2010), as identidades são cada vez mais baseadas em redes e movimentos de pessoas, informações e coisas, em vez de na localização de residência, as políticas que fomentam a mobilidade humana poderiam atingir uma relevância ainda maior na forma de ferramentas da política de integração urbana e inclusão social. Também é importante levar em consideração, no entanto, que experiências bem-sucedidas de melhoria de transporte e conectividade,

como o caso de Medellín, precisam ser combinadas com outros tipos de políticas sociais e participativas (Dávila, 2013). Como cada contexto é diferente, quando há compensações nos custos e nos benefícios de estratégias alternativas de integração, a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões assume uma importância ainda maior.

A exclusão educacional é outra dimensão da fragmentação social na América Latina urbana.

As divisões em escolas públicas e privadas, devido à segregação espacial e ao movimento de alunos de renda mais alta para escolas privadas, produziram altos níveis de segregação educacional por nível sócio-econômico em toda a América Latina (Rivas, 2015). Como resultado, a educação pública, que tradicionalmente desempenhou um papel importante na construção de laços entre grupos sócio-econômicos, agora tende a reforçar a fragmentação social (Kaztman, 2001; Kaztman e Retamoso, 2007).

A inclusão educacional de alunos com deficiência é outro desafio. Apesar da mudança de política rumo a escolas inclusivas, nas quais todas as crianças aprendem juntas independentemente de suas diferenças individuais, a falta de acesso a instalações inclusivas (ausência de elevadores, salas de aula inadequadas e transporte inadequado) atua como uma barreira para a inclusão educacional de crianças com deficiência. As evidências mostram que as taxas de frequência e conclusão escolar são mais baixas para crianças e adolescentes com deficiência nos países da América Latina e do Caribe, especialmente no nível do ensino médio (Hincapié, Duryea e Hincapié, 2019). Além disso, a estreita relação entre pobreza e deficiência (Elwan, 1999) significa que as comunidades marginalizadas possuem uma prevalência maior de PCDs, exacerbando o problema da exclusão educacional nesses bairros (Pantano, 2014). Esses desafios para a integração educacional são especialmente relevantes, dado o papel que o sistema educacional pode desempenhar em ensinar aos jovens sobre a diversidade humana e incentivar o envolvimento em processos de raciocínio público.

Os espaços públicos projetados para serem acessíveis a todas as pessoas podem servir para ampliar os limites que definem o espaço físico que elas podem ocupar.

Desta forma, a acessibilidade pode contribuir para os tipos de interação social necessários para que as pessoas aprendam sobre as identidades multidimensionais umas das outras. Espero que as reflexões de Sen sobre a pluralidade de identidade e a estrutura avaliativa fornecida pela abordagem de capacidade forneçam ferramentas conceituais relevantes para refletir sobre como as políticas de integração urbana descritas neste livro podem contribuir para promover a inclusão social na América Latina e no Caribe.



REFERÊNCIAS

- Akerlof, George A. y Rachel E. Kranton. 2000. "Economics and Identity." *Quarterly Journal of Economics* 115 (3): 715-53.
- Castells, Manuel. 2004. "Informationalism, Networks, and the Network Society: A Theoretical Blueprint". In *The Network Society: A Cross-cultural Perspective*, editado por Manuel Castells, 3-45. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar Publishing Ltd.
- Cresswell, Tim. 2010. "Mobilities 1: Catching Up". *Progress in Human Geography* 35 (4): 550-58.
- Dávila, Julio D., ed. 2013. *Urban Mobility and Poverty: Lessons from Medellín and Soacha, Colombia*. Medellín, Colombia: Development Planning Unit, UCL / Universidad Nacional de Colombia.
- Di Masso, Andrés. 2012. "Grounding Citizenship: Toward a Political Psychology of Public Space." *Political Psychology* 33 (1): 123-43.
- Elwan, Ann. 1999. *Poverty and Disability: A Survey of the Literature*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Hincapié, Diana, Suzanne Duryea e Isabel Hincapié. 2019. *Education for All: Advancing Disability Inclusion in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo.
- Hogg, Michael A., Deborah J. Terry y Katherine M. White. 1995. "A Tale of Two Theories: A Critical Comparison of Identity Theory with Social Identity Theory". *Social Psychology Quarterly* 58 (4): 255-69.
- Hopkins, Nick y John Dixon. 2006. "Space, Place, and Identity: Issues for Political Psychology". *Political Psychology* 27 (2): 173-85.
- Kaztman, Ruben. 2001. "Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos". *Revista de la CEPAL*, 75 (diciembre): 171-89.
- Kaztman, Rubén y Alejandro Retamoso. 2007. "Efectos de la segregación urbana sobre la educación en Montevideo." *Revista de la CEPAL*, 91 (abril): 133-52.
- Korte, Russell F. 2007. "A Review of Social Identity Theory with Implications for Training and Development". *Journal of European Industrial Training*, 31 (3): 166-80.
- Lalli, Marco. 1992. "Urban-related Identity: Theory, Measurement, and Empirical Findings". *Journal of Environmental Psychology* 12 (4): 285-303.
- Lefebvre, Henri. 1991. *The Production of Space*. Traducido por Donald Nicholson-Smith. Cambridge, MA: Basil Blackwell Inc.
- Lorenzi-Cioldi, Fabio y Willem Doise. 1990. "Levels of Analysis and Social Identity". In *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*, editado por Dominic Abrams y Michael A. Hogg, 71-88. Nueva York: Harvester Wheatsheaf.
- Mitchell, Ann, Pablo Del Monte y Séverine Deneulin. 2018. "School Completion in Urban Latin America: The Voices of Young People from an Informal Settlement". *Oxford Development Studies*, 46 (1): 45-56.
- Mitra, Sophie. 2006. "The Capability Approach and Disability". *Journal of Disability Policy Studies* 16 (4): 236-47.
- Pantano, Liliana. 2014. "Pobreza y factores contextuales en la construcción de la discapacidad." En *Las villas de la ciudad de Buenos Aires: Territorios frágiles de inclusión social*, editado por Ana Lourdes Suárez, Ann Mitchell y Eduardo Lépore, 141-186. Buenos Aires: Educa.
- Pineda, Víctor S. 2008. "Enabling Justice: Spatializing Disability in the Built Environment". *Critical Planning Journal* 15 (verano), 111-123.
- Rivas, Axel. 2015. *América Latina después de PISA: Lecciones aprendidas de la educación en siete países (2000-2015)*. Buenos Aires: CIPPEC-Natura-Instituto Natura.
- Sen, Amartya. 1985. "Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984". *The Journal of Philosophy*, 82 (4): 169-221.
- Sen, Amartya. 1992. *Inequality Reexamined*. Oxford: Clarendon Press.
- Sen, Amartya. 2007. *Identity and Violence: The Illusion of Destiny*. Londres: Penguin Books.
- Silva, María Rosa. 2008. "Villas y asentamientos: mil estigmas en los medios." En *Los mil barrios (in)formales: aportes para la construcción de un observatorio del hábitat popular del Área Metropolitana de Buenos Aires*, organizado por María Cristina Cravino, 231-275. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- Simon, Bernd. 2004. *Identity in Modern Society: A Social Psychological Perspective*. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd.
- Tajfel, Henri, ed. 1978. *Differentiation Between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*. Londres: Academic Press.
- Turner, John C. 1984. "Social Identification and Psychological Group Formation". En *European Studies in Social Psychology: The Social Dimension*, editado por Henri Tajfel, vol. 2: 518-38. Cambridge: Cambridge University Press.